

Sarney exagerou. Mas há motivo para otimismo.

O presidente José Sarney, evidentemente, se entregou a um exercício delirante de wishful thinking ao declarar, na última "Conversa ao Pé do Rádio", que "estamos chegando ao fim da mais longa e mais difícil crise que tivemos em nossa História". A observação dos fatos, no entanto, nos leva a concluir que existem boas perspectivas de melhora da situação política e econômica do País. Não deixa de ser um alívio para todas as pessoas de bom senso, por exemplo, saber que a ação deletéria e irresponsável da Assembléia Nacional Constituinte deve terminar em breve espaço de tempo e que logo haverá condições para eliminar do texto constitucional um conjunto de asnes antológicas, como o fechamento do Brasil aos investimentos estrangeiros, o limite de 12% ao ano para a taxa de juros e a transformação do mercado interno em patrimônio nacional. A própria evolução econômica do País se encarregará de revelar toda a insensatez dessas decisões que, se não forem suprimidas enquanto é tempo, acabarão se transformando em letra morta.

É inegável também que, graças à ação eficiente e realista do ministro Maílson da Nóbrega, o Brasil está conseguindo normalizar as suas relações com os credores externos e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), abrindo caminho para a renegociação dos nossos débitos junto às agências oficiais dos países do Clube de Paris e para outros programas de ajuda aos países mais endividados como o Fundo Nakasone.

Todavia, a evolução mais importante nessa área da dívida não está, evidentemente, nos termos das negociações que estão sendo concluídas com os bancos privados (na verdade, o Brasil está obtendo menos do que gostaria de receber dos bancos, isto é, apenas o suficiente para pouco mais de um ano de relativa tranquilidade), mas nas grandes possibilidades abertas pelo retorno do País ao diálogo construtivo com a comunidade financeira internacional neste momento importante em que está surgindo nos países industrializados uma abordagem inteiramente nova para o problema da dívida externa.

Essa nova abordagem pode ser percebida em muitas instâncias diferentes, a começar pela mudança no estilo de atuação do FMI, bem mais flexível e comprometido com o apoio ao crescimento econômico. É a esse estilo mais realista que devem ser creditados os bons resultados do trabalho feito na segunda quinzena de maio pela missão técnica do FMI que esteve no Brasil. Ficou absolutamente claro que esse organismo internacional, ao contrário do que sustentam os nossos rançosos nacionalistas, não veio impor um programa, mas tão-somente verificar a consistência das metas estabelecidas no programa preparado pelos ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu, não tanto para facilitar um entendimento com credores externos quanto para enfrentar uma crise que abala as estruturas do Estado brasileiro.

Outro sinal de que está crescendo no mundo desenvolvido a pressão em favor de uma solução real para o problema da dívida (a fim de substituir as desgastantes renegociações anuais, que apenas vão tornando o problema cada vez maior) é a guerra de bastidores entre o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, e o Congresso dominado pela oposição democrata. Enquanto Baker, que representa o governo Reagan, acredita que a solução para a questão do endividamento de países como Brasil, México e Argentina passa por reformas econômicas e pela concessão de novos empréstimos aos devedores, o Congresso tende a defender o perdão de uma parte da dívida e a transferência de outra parte a terceiros, a fim de aliviar o seu peso.

Baker deseja que o Congresso aprove um aumento da participação dos EUA no capital do Banco Mundial, sob a alegação de que isso é necessário para ajudar a financiar os países que têm problemas para servir suas dívidas. Acontece que os políticos do Congresso parecem preferir que esses recursos adicionais sejam obrigatoriamente empregados na criação de uma nova agência, vinculada ao Banco Mundial, que se encarregaria de aliviar o fardo da dívida mediante a compra de uma parcela dos débitos para posterior negociação. Baker argumenta contra, dizendo que essa idéia pode sair cara para os contribuintes americanos, mas os membros do Congresso retrucam sugerindo que os bancos privados assumam parcela do prejuízo, perdendo uma parte da dívida. A rigidez do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, que se mantém fiel a seu plano para os endividados anunciado há três anos, já começa até a ser criticada no Banco Mundial e no FMI, que estão tornando seus esquemas de financiamento aos devedores mais favoráveis.

Essa divergência entre Baker e o Congresso está ajudando a apressar o acordo entre o Brasil e os bancos, pois o governo norte-americano tem feito o possível para que o novo empréstimo, no valor de US\$ 5,2 bilhões, seja liberado no prazo mais breve possível, a fim de que uma eventual demora não seja utilizada como argumento pela oposição democrata.

A atitude do Partido Democrata em relação ao problema da dívida tem origem na idéia de que a crise econômica, agravada pelo endividamento externo, está ameaçando o processo de redemocratização da América Latina. Por esse motivo, se o candidato Michael Dukakis vencer as eleições para a Casa Branca, sua política deverá favorecer a solução da crise da dívida como forma de evitar a volta de regimes militares nessa região. O assessor de Dukakis para assuntos latino-americanos, Stephen Solarz, acha que "se os governos do Brasil, da Argentina, do Peru e de outros países do continente não combinarem os avanços democráticos com uma melhora do nível de vida de seus povos, podem facilmente ser vítimas de um descontentamento popular que poderá levar a um novo período de regimes militares". Esse perigo, segundo Solarz, levará Dukakis a usar toda a influência do governo norte-americano junto aos bancos internacionais e ao FMI para que se chegue a uma solução para a dívida.

Portanto, há sinais inequívocos, como se vê pelos planos como o do secretário Baker, pela atitude dos democratas no Congresso americano e do candidato Dukakis, de que muito está sendo feito nos países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos, a fim de viabilizar a nova abordagem do problema da dívida, que só precisa de mais algum tempo para se concretizar. Assim, apesar do exagero, o presidente Sarney não deixa de ter razão quando diz que a crise está perto do fim. O País começou a sair dela quando o ministro Maílson da Nóbrega, em boa hora, optou pelo caminho do diálogo construtivo com os credores externos e os organismos internacionais. Estamos no caminho certo que nos conduzirá a dias melhores, apesar do comportamento imaturo da maioria dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.